

As Ciências da Linguagem no espaço galego-português

diversidade e convergência

DÊIXIS E VALORES ENUNCIATIVO- -PRAGMÁTICOS DOS PREDICADOS VERBAIS NO DISCURSO ACADÉMICO

Maria Aldina Marques
Isabel Margarida Duarte

Xosé Manuel Sánchez Rei
Maria Aldina Marques
(Organizadores)

Instituto de Letras e Ciências Humanas
Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos
Centro de Estudos Humanísticos
Universidade do Minho

DÊIXIS E VALORES ENUNCIATIVO-PRAGMÁTICOS DOS PREDICADOS VERBAIS NO DISCURSO ACADÉMICO

Maria Aldina Marques
Universidade do Minho
mamarques@ilch.uminho.pt

Isabel Margarida Duarte
Universidade do Porto
iduarte@letras.up.pt

Introdução

O discurso académico e o discurso científico não se recobrem. A indistinção que, no entanto, ainda se pode encontrar em estudos sobre discurso académico data de um tempo em que a investigação estava confinada às universidades. O discurso científico, entendido como o discurso produzido num quadro de investigação científica, fazia parte, portanto, do discurso académico, por sua vez considerado como o discurso produzido no quadro de ensino e investigação universitários^[1]. Estreitamente relacionados, a verdade é que constituem atividades discursivas diversas, especialmente nos seus objetivos e nos géneros discursivos que os constituem.

1 Sobre esta questão, Boch & Rinck (2010: 8) afirmam que “L’academic discourse’ prend en compte conjointement le discours des chercheurs, sa transposition didactique à l’université et les écrits des étudiants dans leur parcours universitaire et leur formation à la recherche.”

Como objeto de investigação, os discursos académicos e científicos têm mobilizado cada vez mais os investigadores, que veem nos discursos, não meros meios de “transmissão de conhecimentos”, antes parte integrante do processo de fazer ciência. A par da chamada “genre analysis”, praticada nomeadamente por Swales (1990, 2004) e Hyland (1996, 2008 e 2011), e que se distingue, no quadro teórico de suporte, dos trabalhos no domínio da *language for specific purposes*, foi a análise do discurso, globalmente chamada de inspiração francesa, mas recobrando diferentes abordagens e disciplinas nem sempre facilmente conciliáveis, que deu visibilidade à importância da materialidade discursiva na construção dos sentidos aí incluindo, obviamente, o saber científico e pedagógico. Na área da ciência, enquanto atividade verbal social, a afirmação de Lefebvre (2006), retomada por vários investigadores (Grossmann, 2010; Rinck, 2010) dá conta desse novo estatuto do discurso, que, mais do que um simples meio de divulgação da ciência, é “un dispositif matériel participant directement à la production des savoirs” (Lefebvre, 2006: 4). Deve, no entanto, salientar-se, que é do texto escrito que se trata, tal como atesta o excerto seguinte: “Les études s’inscrivent dans cette démarche^[2] ont montré que l’activité scientifique devait être analysée comme un travail dont l’écriture constitue l’une des dimensions essentielles et quotidiennes” (Lefebvre, 2006: 2) (itálico nosso).

Parece-nos fundamental, ainda que não seja o objetivo do presente trabalho, ir mais longe nesta pesquisa para dar conta da construção discursiva da ciência enquanto processo cumulativo no tempo, que implica vários géneros e vários suportes, escritos, orais, digitais.

Objeto e objetivos

Na sequência de um trabalho anterior (Marques & Ramos, 2015), já dedicado à análise das marcas deícticas “eu, nós, se” em dissertações de mestrado, determinámos como objetivo nuclear da nossa investigação a análise da presença do investigador-iniciante no seu próprio discurso, nas marcas

2 Completamos esta citação com este outro excerto de Lefebvre (2006: 2): “Ce n’est que dans les années 70, que des sociologues, des anthropologues, des historiens et des linguistes ont cherché à rendre simultanément compte du contexte social et du contenu scientifique, en se demandant comment le savoir scientifique est élaboré, en s’interrogeant sur les conditions nécessaires aux développements scientifiques ou encore sur les relations qu’entretiennent la science et la société”.

verbais de primeira pessoa do plural, em cinco dissertações de mestrado de diferentes áreas de investigação das ciências sociais e humanas, mas que partilham o discurso como objeto de análise, realizadas em universidades portuguesas entre 2005 e 2012 e disponíveis *on-line*. É este, pois, o *corpus* de análise selecionado:

– Universidade do Minho: (D1) Estratégias de argumentação e construção da imagem pessoal no debate político televisivo (2005); (D2) Um Certo Olhar: polifonia e modalização na Tertúlia radiofónica (2009) (Ciências da Linguagem); (D3) Jornalismo de Saúde: Prevenir ou Remediar? Análise dos textos de saúde dos jornais: Público, Jornal de Notícias e Expresso de 2011 (2012) (Ciências da Comunicação); (D4) O Papel da Escrita na Construção das Aprendizagens: Perceções e Conceções dos Professores do 3.º Ciclo do Ensino Básico (Ciências da Educação).

– Universidade Nova de Lisboa: (D5) As Estratégias Argumentativas no Discurso Político Eleitoral: o Caso das Eleições Legislativas de 2011 (2013) (Ciência Política).

A dissertação de mestrado constitui um género híbrido entre o discurso científico e o discurso académico, pois “conjuga características do discurso científico com características do discurso académico, duas áreas discursivas cujos géneros mostram um alto grau de ritualização” (Marques & Ramos, 2015: 147).

Justifica-se esta categorização pela existência de um conjunto de características que ora constituem uma aproximação ao discurso científico ora ao discurso académico:

Num quadro comunicativo complexo, sobressai o facto de se tratar de um discurso sujeito a avaliação (que sendo inerente ao ato de comunicação, tem neste caso um momento de avaliação explícita), que compreende a prova presencial perante um júri de especialistas, constituindo-se, simultaneamente, como um dos primeiros textos científicos a ser realizado por qualquer investigador e/ou, no modelo de Bolonha, a prova académica final do segundo ciclo de estudos universitários. Assim, sobressai a especificidade do locutor, que assume o papel social de jovem investigador e finalista de um ciclo do ensino universitário. Legitimar a sua imagem, na interseção de duas áreas de atividade da linguagem verbal, a área académica com a área da investigação científica, é um objetivo

central e unificador do locutor, tendo em conta que, em ambas, ele se constrói enquanto “aprendiz”

(Marques & Ramos, 2015: 147).

O modo como o locutor se apresenta, as escolhas lexicais que realiza são fundamentais na construção da sua imagem, são fulcrais na construção da sua argumentação discursiva (Amossy, 2000). Não basta, para o compreendermos, a análise dos verbos usados na 1ª p/pl, dado que a subjetividade se inscreve, no texto, por outros mecanismos mais subtis, mas recortámos este ângulo de estudo, por nos parecer primordial para a construção da imagem discursiva do jovem investigador.

Pusemos como hipótese central que os predicados verbais selecionados pelos diferentes locutores, as categorias semânticas, enunciativas e pragmáticas a que pertencem, a distribuição que têm na estrutura da dissertação, os tempos e modos verbais usados, associados à forma de primeira pessoa do plural, constituem uma estratégia fundamental na construção deste género discursivo, determinada pelo estatuto do locutor e da relação que estabelece com o seu alocutário.

Pretendemos pois contribuir para responder ao desafio de Boch & Rinck (2010: 7) sobre o tipo de subjetividade^[3] que caracteriza os discursos científicos, no caso vertente, as dissertações de mestrado, um género híbrido, como já salientamos.

Assim, estabelecemos como objetivos de investigação:

– identificar os valores semânticos, enunciativos e pragmáticos dos predicados verbais que ocorrem em dissertações de mestrado em usos deícticos de 1ª pessoa/plural^[4].

– analisar essas ocorrências verbais em função da organização textual global.

– analisar os seus valores em função da construção discursiva das relações interpessoais.

– apontar o contributo destas categorias para a construção da imagem do locutor enquanto estudante universitário e investigador.

3 Rinck (2010 : 440) especifica que diferentes estruturas linguístico-discursivas ao serviço de “notions souvent citées d’attitude, d’*ethos*, d’image de soi, de figure, de posture, de position, d’*autorité*” são marcas características do discurso científico.

4 Sobre os usos deícticos de EU / NÓS / SE, ver Marques & Ramos (2015).

Quadro teórico e metodológico

Na linha dos trabalhos sobre os discursos científicos e académicos de Tutin (2010), Fløttum (2004), Rinck (2010), Grossmann (2010), entre outros, situamos a nossa análise num quadro teórico enunciativo-discursivo. Ganha, por isso, centralidade a construção discursiva do locutor, o seu posicionamento no discurso, em função do seu estatuto académico e dos objetivos discursivos, a partir de marcas de subjetividade (os subjetivemas, como propõe Kerbrat-Orecchioni, 1980). Como lembra Sousa (2015: 44), tendo em conta “as teorias enunciativas, o texto aborda-se pensando a enunciação (quem, para quem, onde, quando)” na sua indissociabilidade com o próprio texto (o quê, para quê, como).

Se a noção de género discursivo é fundamental na constituição do *corpus*, ela é sobretudo central como princípio teórico-metodológico (Bakhtine, 1984); tendo em conta os seus parâmetros enunciativos, partimos das restrições globais do género estudado para as construções locais, a fim de melhor compreender as particularidades deste funcionamento discursivo.

Predicados verbais e construção da subjetividade

Ocorrências verbais e características globais

Recolhemos as ocorrências das formas verbais de 1ª pessoa do plural (mais de 930 ocorrências e de 115 verbos diferentes⁵, desigualmente distribuídas pelas 5 dissertações) em função do plano da dissertação para o qual determinámos a seguinte estrutura: *Agradecimentos; Resumo; Introdução; Quadro teórico e metodológico; Análise; Conclusões* (Marques & Ramos, 2015: 153).

Este foi, portanto, o ponto de partida para a análise das categorias verbais que constituem o objeto da presente investigação.

Não podemos deixar de sublinhar, mais uma vez, o facto de esta ser uma análise parcelar, dada a constrição de partida que estabelecemos, relativamente à ocorrência da forma verbal na 1ª pessoa do plural. Assim, outras construções apontam para a identificação de um sujeito plural, sem que a forma verbal correspondente ocorra. É o caso dos verbos expositivos (Rou-

5 Todas as quantificações que apresentamos devem ser lidas como totais aproximados, dado que a recolha dos dados foi totalmente manual e, por isso, sujeita a pequenas lacunas que, no entanto, não influenciam a análise que aqui fazemos.

let,1978: 442), em construção de V+inf, quando os dois verbos têm o mesmo sujeito. No nosso *corpus*, destacam-se os verbos *propor*, *querer* e *pretender* (D2 e D5, em particular), que passamos a ilustrar: “*propomo-nos* analisar”; “*corpus* que nos *propomos* estudar”; “*se quisermos* transpor para um registo diferente”; “*pretendemos* contribuir para”; “*pretendemos* considerar as diferenças entre a imprensa e a televisão”; “O primeiro elemento das campanhas positivas que *queremos* destacar”. Estes compostos verbais, tal como acontece com ir + infinitivo, marcam a intencionalidade explícita do locutor no que concerne a certos movimentos de organização discursiva ou de investigação.

A forma como é construída a investigação, no *corpus* em análise, carrega não só o resultado da pesquisa, mas também a posição pessoal do jovem investigador face aos dados a que vai chegando^[6]. Podemos verificar que a estratégia de inscrição do sujeito no texto é muito variada: faz-se por meio do uso da 1ª pessoa do plural, mas também utilizando outras estruturas como acontece em D3. Nesta dissertação, a posição do locutor face ao que expõe serve-se da estrutura geralmente epistémica *parece* + infinitivo (16 ocorrências), através da qual o autor se protege de eventuais críticas às suas descobertas científicas, atenuando a força assertiva das afirmações que faz, numa tentativa de apagamento enunciativo do eu face ao dito. Estamos perante um mecanismo linguístico-discursivo que, limitando a opinião do locutor, mitiga a sua força assertiva: “*Parece não existir* um espírito preventivo na imprensa portuguesa”; “*parece dar* especial valor”; “*parece inventar* “uma solução”; “A interpretação do conceito de promoção da saúde *parece*, então, *ser* uma consequência”; “Este conceito *parece ter* origem na”, etc. Outras estruturas impessoais (por exemplo: “é de salientar”, com valor deóntico, equivalendo, portanto, a *devemos salientar*), que não iremos analisar, têm uso semelhante, embora com efeito contrário: servem para sublinhar, destacar as ideias centrais, mas sem que o sujeito se inscreva diretamente no texto que escreve.

6 Se é inquestionável a presença do locutor-investigador no seu discurso, essas marcas de subjetividade são, a nosso ver, sobredeterminadas pelo género. Por isso, o modo de construção do locutor se faz na relação com a comunidade científica.

Características semântico-pragmáticas dos verbos mais frequentes

Do total de verbos referenciados, centrámos a nossa atenção nos verbos mais frequentes⁷. A diversidade de situações verificadas não nos permitiu estabelecer um número igual de verbos mais frequentes para todas as dissertações analisadas, nomeadamente para D3 e D4, que se diferenciam pelo menor número de verbos e de ocorrências. Essa limitação inicial não impede, no entanto uma perspetiva global da questão, de que a Tabela 1 dá conta:

Quadro 1. Verbos com maior número de ocorrências⁸

Verbos	D1	D2	D3	D4	D5	Total
ver	17	31	4	4	12	68
considerar	13	9	0	3	24	49
analisar	17	15	0	2	14	48
referir	4	24	0	1	12	41
apresentar	11	13	0	4	12	40
ter	2	6	17	0	14	39
observar	1	19	1	0	7	28
verificar	4	16	1	2	3	26
encontrar	6	16	0	1	0	23
concluir	5	4	0	3	10	22
dizer	4	12	0	1	1	18
propor	0	14	0	0	1	15
pretender	1	4	0	0	10	15
querer	0	2	0	0	11	13
entender	9	2	0	0	2	13
debruçar	0	0	1	0	11	12

Apesar de algumas tendências gerais que a contagem de verbos globalmente pode revelar, devemos ter em conta que há verbos que correspondem a idiosincrasias de estilo, como é o caso de *debruçar* e *ter*, por exemplo, que são empregues predominantemente por um locutor particular e nunca ou

7 Esta restrição não invalida que pontualmente possamos recorrer a exemplificações com outros verbos do *corpus* global.

8 Não tivemos em conta, neste quadro, o verbo modal *poder*, que trataremos em 2.4.

quase nunca pelos restantes. Do mesmo modo, o emprego de outros verbos decorre do próprio tema da tese, como é o caso de *transcrever*, que apenas ocorre numa dissertação que tem o discurso radiofónico como objeto de estudo.

O primeiro dado interessante é que *verificar* e *ver* são os únicos verbos comuns às 5 dissertações, sendo *ver* o verbo que mais ocorrências tem. Tal facto justifica uma atenção especial ao uso destes verbos, neste género concreto.

Por outro lado, como se verifica na Tabela 1, os dez verbos mais frequentes são, por ordem decrescente do número de ocorrências: *ver* (68), *considerar* (49), *analisar* (48), *referir* (41), *apresentar* (40), *ter* (39), *observar* (28), *verificar* (26), *encontrar* (23) e *concluir* (22).

Categorização tipológica dos verbos mais frequentes

A categorização destes verbos levanta alguns problemas, dada a profusão de tipologias existentes, ora discordantes ora complementares, e, sobretudo, a polissemia categorial dos verbos, que só em contexto pode ser destrinchada. Contudo, mais do que perspectivas incompatíveis, as tipologias ora se sobrepõem ora se complementam, pondo em relevo e clarificando características que, podendo ser parcelares, não são antagónicas e, por isso, concorrem para explicar o funcionamento dos verbos que estamos a analisar.

Poderemos dizer, genericamente, dos dez verbos mais utilizados na 1ª p. do plural que, frequentemente, “ils signalent l’acte linguistique et servent à le structurer” (Charolles, 1976: 83). Não sendo, na sua maioria, verbos *dicendi*, são verbos que organizam o texto, acumulando portanto uma dimensão meta-discursiva e, simultaneamente, remetem para operações cognitivas; mostram a inseparabilidade da investigação académica e do modo de a dizer⁹:

- (1) Assim, começamos por observar que a interação discursiva que *analisamos* aponta para dois espaços: o estúdio de rádio, onde o moderador e os participantes se encontram fisicamente face a face e, por outro lado, o espaço exterior ao estúdio, onde se encontra o público ouvinte (D2)
- (2) Se compararmos as respostas dadas pelos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, *verificamos* que nelas os objetivos da escrita obedecem àquela ordem de frequência (D4)

9 Em todos os exemplos, colocamos em itálico os excertos em que incide a nossa análise.

Passamos, então, a uma rápida observação das propostas de algumas das tipologias existentes, em função dos usos destas formas verbais frequentes.

Segundo a classificação de Leech, alguns verbos seriam “‘cognitive verbs’, describing the human processing of thoughts and experiences” (Leech 1996: 207); são os casos de *analisar*, *verificar*, *observar*, *concluir*. Não estamos longe, também, dos verbos argumentativos de Ducrot (1972):

(3) Pelo supracitado, *concluímos* que os meios de comunicação de massa alteraram a forma de se fazer campanhas eleitorais e contribuíram para a personalização da política (D5)

(4) De facto, aquilo que *verificamos* em *Um Certo Olhar* é a ocorrência de algumas coligações temporárias (D2)

Muitos desses verbos pressupõem a verdade do que a seguir se afirma (são verbos factivos), contribuindo para dar como ponto assente alguns resultados da investigação e como credível o sujeito que os propõe, reforçando nesta operação as afirmações e a imagem que o jovem investigador de si transmite. Como refere Ladislava Miličková sobre os verbos argumentativos por si considerados (examiner, montrer, prouver, démontrer, conclure, réfuter), “si l’on met un verbe argumentatif devant un énoncé c’est pour souligner le caractère véridique de cet énoncé” (Miličková, 1986: 77):

(5) Dos casos de estudo feitos sobre o ethos, *verificámos* que os autores se baseiam muitas vezes nas biografias dos oradores, as quais não são igualmente conhecidas pelo auditório (D1)

É pertinente notar que essa dimensão argumentativa é sobretudo “demonstrativa”, isto é, argumentativamente orientada; não há (quase) lugar à contra-argumentação, ainda que encontremos uma preocupação com a prevenção de objeções ao trabalho realizado, numa atitude que suporta a imagem de rigor própria da função de investigador^[10]:

¹⁰ Mas não é uma estratégia generalizada. A objeção ocorre frequentemente no quadro de uma teoria e, por isso, é mais o relato de uma argumentação com a qual o locutor concorda: “Por regra, a Educação em Saúde é desenvolvida num nível interpessoal, nomeadamente em ambientes como escolas ou consultórios. Contudo, ao nível impessoal também se pode fazer um bom trabalho, através da utilização de meios de comunicação de massas. Segundo Reid (1996), as duas hipóteses são válidas e podem contribuir para “implementar conhecimentos, atitudes e habilidades relacionadas com comportamentos ligados à saúde”. No entanto, a sua contribuição na mudança de “comportamentos é de mais difícil avaliação, uma vez que mudanças em estilos de vida

(6) Esta necessidade vai levantar alguns problemas e obrigar a opções metodológicas *que passamos a apresentar e justificar, deixando, contudo, a advertência para o facto de que a transcrição não pode substituir nunca o enunciado oral que a antecede e origina...* (D2)

As estruturas adversativas-concessivas são um mecanismo privilegiado na construção desta argumentação de credibilidade científica, cautelosa. Nos exemplos abaixo, colocamos em itálico as expressões que mitigam o (potencial) desacordo:

(7) *Embora não seja um dado comprovado, a verdade é que os elevados valores que o Norte apresenta podem ser explicados pelo facto de o Jornal de Notícias – jornal com mais textos preventivos, como vemos na tabela 32 – ser um jornal tipicamente do norte. Ainda assim, este aspeto, por si só, não justifica completamente os valores encontrados, embora sejam um forte indicador* (D3)

(8) *Da análise estrutural de Prós e Contras podemos concluir, embora havendo procedido a alguns ajustes devido a uma maior complexidade deste debate, que se aproxima claramente da definição de sequência dialogal proposta por J. M. Adam, não obstante esta definição parecer cingir-se bastante à dimensão estrutural do texto, dando menor importância à configuração semântica e pragmática do texto como um todo* (D1)

Esta organização discursiva e posicionamento do locutor estão também presentes em relatórios de Mestrado em ensino de línguas (Duarte & Pinto, 2015); verifica-se uma quase ausência de contra-argumentação, tendo os jovens investigadores tendência para demonstrarem teses, frequentemente com apoio de outras vozes citadas ou referidas, mas nunca discordando delas.

Os verbos de atitude proposicional e de percepção descrevem representações subjetivas do locutor. *Considerar*, por exemplo, é classificado como verbo de atitude proposicional de juízo, segundo a categorização de Kerbrat-Orecchioni (1980). Mas, como temos vindo a defender, a categoria verbal em que enquadrámos *considerar* remete, simultaneamente, para a organização do próprio texto e para a organização da construção do raciocínio científico tendo, por isso, uma dupla função metadiscursiva e cognitiva-argumentativa. As ocorrências de *considerar* tornam preferencial o valor semântico de “ter em consideração” face a *achar*, a vertente semântica que justifica a integração feita por Kerbrat-Orecchioni nos verbos de atitude proposicional:

são usualmente alcançadas através da combinação de diversos fatores” (in Schuch *et al.* s/d: 2).” (D5) (itálico nosso)

(9) Este fator é exatamente aquele que *consideramos*, na nossa tese, como a potencial causa das dissemelhanças observadas. Desta forma, esperamos que as diferenças nas estratégias argumentativas de Passos Coelho e de Sócrates estejam relacionadas com o posicionamento no espectro político do PSD e do PS (D4)

Analisar e ver, por exemplo, fariam parte da classe dos verbos de juízo que descrevem o conteúdo do discurso, tal como exemplificamos em (10) e (11). Em consequência, na 1ª pessoa do plural, sobretudo no presente do conjuntivo ou no futuro do indicativo, são também verbos de operação, isto é, apresentam e “descrevem operações discursivas objectivas realizadas no discurso produzido pelo locutor.” (Duarte, 2003: 383):

(10) *Analise*mos um segmento da edição de 26 de Outubro de 2007 de Um Certo Olhar, que nos dá conta dos constrangimentos (D2)

(11) Ao longo do discurso, *veremos* muitas vezes irrupções de outras facetas / imagens dos participantes (D1)

A maior parte destes verbos, portanto, estruturam o texto, configurando aquilo a que Joaquim Fonseca chamou “actos de composição textual/discursiva” (Fonseca, 1994: 127)^[11]. O autor divide esses atos em quatro tipos: atos de comentário / avaliação, atos de pontuação, atos de planificação e de reformulação. Nos usos no presente do conjuntivo e no futuro do indicativo, os verbos são parte, indubitavelmente, de *atos de planificação que organizam a exposição textual*, convocando o alocutário para que siga o raciocínio do locutor e a indissociável discursivização desse raciocínio. Nalgumas ocorrências, porém, serão verbos que contribuem para atos de pontuação textual, que não deixam, a nosso ver, de organizar também a exposição. Os verbos em causa, tal como os atos a que Joaquim Fonseca (1994: 127) alude, “apresentam [...] uma saliente natureza metalinguística / metacomunicativa, e todos eles se vinculam à gestão empreendida pelo locutor, em cooperação com o alocutário, do espaço discursivo, da construção do discurso e do seu sentido”. Esta afirmação é adequada, também, ao discurso académico-científico em causa neste trabalho, porque o autor deve expor o seu raciocínio de forma a ser bem compreendido e aceite e o alocutário segui-lo-á tanto mais facilmente quanto

11 Mortara Garavelli (1985: 50), citando Caffi (1981) fala de verbos sinais para designar os que introduzem o mundo textual.

mais explícitas e lógicas forem as operações textuais propostas. O facto de o serem em 1ª pessoa do plural envolve o alocutário nessas operações cognitivas e processuais, num contexto em que o envolvimento deste no processo de investigação tem claros fins persuasivos, algo que está presente no discurso científico (Tutin, 2010; Hyland, 2008)[12], e é, neste caso, exacerbado pela situação particular de realização simultânea de provas académicas.

Martins-Baltar (1976) considera, além dos verbos de fala, verbos de descrição que subdivide em verbos de atitude proposicional ou modais, verbos de percepção e verbos de operação, que nos informam sobre o modo como o discurso se processa, verbos de opinião e verbos de consciência. A designação de *verbos de operação* parece-nos interessante, por focar o processo do raciocínio científico que se desenrola cognitivamente, mas por meio da sua discursivização:

(12) *De seguida, analisamos* uma das componentes da comunicação política: o discurso político eleitoral. Este conceito é fundamental na nossa dissertação, como se depreende do título da mesma, pelo que queremos apresentar as suas características (D5)

(13) *Observamos* ainda que a construção argumentativa não é independente da manifestação de emoção, em repetições, interrupções e outros mecanismos pro-sódicos (D2)

Salientemos que o verbo que mais ocorrências tem, *ver*, não é, nestes usos, um verbo de percepção visual, é antes, na maior parte das ocorrências, sinónimo de *verificar*, ou então, noutras ocorrências, sinónimo de *mostrar*, *apontar*. *Ver* implica uma operação cognitiva complexa, pela qual uma conclusão é apresentada pelo locutor, como resultado da sua reflexão e estudo:

(14) Ora, e se não considerarmos estes dois apelos, *vemos* que há uma utilização bastante similar dos restantes...(D5)

(15) *Veremos*, sobretudo, o modo como estes processos discursivos são accionados pelo moderador (D2)

12 O texto de Hyland parte dessa constatação: “The view that academic writing is persuasive is not news. It dates back at least as far as Aristotle and is widely accepted by academics themselves. The ways that this persuasion is achieved however is more contentious, and raises a number of important issues, not least those concerning the relationship between reality and accounts of it, the efficacy of logical induction, and the role of social communities in constructing knowledge.” (2008: 2). Por sua vez, Tutin (2010: 440) refere: “la dimension persuasive du discours [scientifique] (prise au sens d’habileté du locuteur à se mettre en scène et à impliquer son auditoire)”.

Estes usos que fomos elencando mostram portanto a fragilidade das tipologias, porque não correspondem, no *corpus* em apreço, à descrição de verbos de percepção visual em que costumam ser encaixados. Mais adequadas a estes usos são, sem dúvida, outras designações categoriais referidas por Valentim (2004: 47) como “verbos de percepção cognitiva” (Borkin, 1973) ou “verbos cognitivos” (Radford, 1988).

Mais do que designações mais ou menos adequadas, é fundamental ter em conta que o facto de se usar quase metaforicamente o verbo *ver* que tem, na base, um sentido percetivo, contribui para a construção de um discurso que se quer científico no sentido em que as conclusões a que o investigador chega têm de ser provadas e objetivas, como se fosse preciso que decorressem da visão, de acordo com uma objetividade doxalmente consagrada na expressão “*ver para crer*”.

Como apontámos, *ver* equivale, muito frequentemente, a *comprovar* / *confirmar*, não sendo alheio a este valor argumentativo o significado base de *ver* como verbo de percepção sensorial, depois metaforicamente alargado aos usos referidos:

(16) De um modo mais específico, pode-se também analisar a especialidade das fontes de informação, conforme *vemos* na tabela 43 (D3)

O seu significado base, de cariz percetivo, confere-lhe peso como fator de responsabilização enunciativa, porque fica mais nítida a fonte do conhecimento, o seu carácter evidencial. Se *ver*, *verificar*, *observar* parecem, pelo seu valor base, mais percetivos, outros verbos, como *analisar*, *concluir* ou mesmo *considerar*, remetem para processos diretamente cognitivos.

No caso de *observar* e de *ver*, mas também no de *analisar* e de outros verbos usados na 1ª p.pl, quando temos o presente do conjuntivo ou o futuro do indicativo, o verbo permite restringir, quase sempre, através do objeto direto selecionado, o âmbito daquilo sobre que se estava a falar, correspondendo a um focalizador, isto é, a uma forma de apontar, ou indicar com mais precisão, um tópico restrito dentro de outro mais lato (“a seguinte passagem”, “os seguintes pares de enunciados”, “a contribuição de alguns autores que têm vindo a estudar o tema”, “que PSD e PS partilham um mesmo objetivo eleitoral primordial, que é persuadir”), frequentemente como exemplo que confirma algo que foi afirmado pelo locutor, ou seja, como argumento em

favor de uma posição defendida pelo autor da dissertação. Teriam, assim, um efeito de *zoom* ou de lupa, direcionando a atenção do alocutário para um aspeto específico no qual o raciocínio se deve concentrar:

- (17) *Observemos*, a título ilustrativo, a seguinte passagem, em que Inês Pedrosa se manifesta acerca de uma notícia do jornal Público de 4 de Dezembro de 2007 (D1)
- (18) *Observemos*, a título ilustrativo, os seguintes pares de enunciados (D2)
- (19) *Vejamos*, então, a contribuição de alguns autores que têm vindo a estudar o tema (D3)
- (20) *Veremos* posteriormente que PSD e PS partilham um mesmo objetivo eleitoral primordial, que é persuadir (D5)

Similarmente, ao serviço do modo como os autores dos textos organizam os dados que disponibilizam aos leitores, revestem-se de particular importância as inúmeras ocorrências do verbo *ter*, no presente do indicativo, 1^a p. pl, sobretudo usado numa das dissertações (D3), em que se utiliza com frequência “temos” seguido de dois pontos, com o valor específico de um apresentativo, equivalendo ao advérbio designativo “eis”, ou a “eis aqui”.

- (21) Assim, relativamente ao apuramento da informação e às ferramentas de acesso às fontes *temos*: 1) nível primário, envolvendo “as fontes consultadas durante o desenrolar dos acontecimentos [...]” (D3)

Finalmente, Kerbrat-Orecchioni (1980) fala, de entre os verbos subjetivos que tem em consideração, em verbos de opinião e de percepção. Quanto aos últimos, tratar-se-ia de “verbes qui dénotent la façon dont un agent appréhende une réalité perceptive ou intellectuelle: cette appréhension peut être présentée comme plus ou moins assurée, ou au contraire plus ou moins contestable” (1980: 104). No nosso *corpus*, a apreensão percetiva não está isolada da apreensão intelectual, antes forma uma categoria que integra *ver* e *observar* mas também *referir*, *considerar*, *ter*, *analisar*, *encontrar*, *verificar*, *propor*, *apresentar*.

A maior parte dos usos dos verbos mais frequentes é de tipo sinalização do discurso, organização da informação, apresentação de argumentos ou de conclusões, tendo um efeito factivo: fazem pressupor que a informação transmitida no escopo deles é verdadeira. Daí decorre uma modalização forte da asserção e um poder argumentativo forte também. O facto de alguns serem, no seu uso mais básico, verbos de percepção, reforça estes eixos argu-

mentativos. Justamente o reforço da asserção e o contributo destes verbos para atos de composição textual e discursiva, deixando ver o “estaleiro” da dissertação, concorrem para credibilizar o jovem investigador.

Complexos verbais e estratégias de construção do conhecimento científico

Do conjunto de formas verbais na 1ª p./pl sobressaem as perífrases verbais, em construções com os verbos auxiliares *poder*, *dever*, *estar a*; *começar a*/por; *passar a*; *vir a*; *ter de*; *ir*.

Os modais *poder* e *dever* são os mais frequentes e com funcionamentos muito interessantes em termos da análise que estamos a realizar.

Quadro 2. Ocorrências dos auxiliares *poder* e *dever* com os verbos mais frequentes

	Poder	Dever
Analisar	D2, D1	
Apresentar	D5	
Concluir	D5, D4, D2, D1	D2
Considerar	D5, D2, D1	D3, D1, D5
Encontrar	D2, D1	
Observar	D2, D1	D1, D5
Referir	D5, D2	
Ter		D5
Ver	D5, D4, D3, D2	
Verificar	D2	

Considerando o conjunto dos 10 verbos mais frequentes, *poder* ocorre com todos exceto com *ter*, pelas razões acima apontadas para o uso deste verbo.^[13] *Ver* e *concluir* são, contudo, os verbos presentes em maior número de dissertações.

O uso da forma *podemos*, nestes casos, apresenta sobretudo valores deônticos, exprimindo uma capacidade cognitiva que fundamenta a construção do conhecimento científico. No exemplo abaixo, “podemos apresentar”

13 Em todos os exemplos, colocamos em itálico os excertos em que incide a nossa análise.

significa que o locutor tem dados e argumentos seguros para apresentar uma determinada informação:

(22) Quando tal for concluído, *podemos apresentar* a respetiva informação quantitativa (D5)

Este valor deôntico de *poder* (somos capazes de) é, por isso, característico de um movimento argumentativo em que, depois de ter sido feita a apresentação de factos ou argumentos (“Face ao exposto”, “Portanto”), deles decorre uma conclusão. *Podemos*, sendo marca de um saber fazer científico é, por consequência, marca de adequação do locutor à imagem *de investigador*, que várias vezes já aqui referimos. Neste sentido, a forma verbal *podemos* constitui-se, em simultâneo, como mecanismo linguístico de construção do *ethos* do locutor:

(23) Face ao exposto, *podemos*, assim, *concluir* que, para além das competências específicas de cada disciplina (D4)

(24) Portanto, *podemos considerar* que Fernando Rosas está perfeitamente... (D1)

É de salientar, ainda, que esta estratégia de credibilização do locutor-investigador^[14] é completada por um valor epistémico, quase sempre agregado a este valor deôntico de *podemos*. Ao direcionamento “retroativo” do valor deôntico de *podemos*, que assenta num movimento argumentativo em fase de conclusão (a conclusão decorre de algo que está exposto ou demonstrado atrás) explicitamente assinalado, vem acrescentar-se, e por vezes sobrepor-se, um direcionamento projetivo, associado a um valor epistémico, modalizador. Mas estes valores não são exclusivos e, em cada ocorrência, *podemos* pode ser mais explicitamente epistémico ou mais deôntico. A categoria tipológica do verbo pleno que constitui o núcleo deste complexo predicativo bem como o seu cotexto imediato não são indiferentes à construção destes valores.^[15] Veja-se nos exemplos abaixo a saliência gradativa ora de valores epistémicos ora de valores deônticos:

14 Para além dos 10 verbos a que limitamos a nossa análise, a forma *podemos* ocorre frequentemente com os verbos *inferir* e *interpretar*, o que vem reforçar a nossa análise sobre a importância desta estrutura para a construção da imagem de investigador do locutor.

15 Há outros verbos, que não constam da nossa seleção, mas que são importantes para a análise global destes funcionamentos. Veja-se, por exemplo, o valor epistémico no excerto seguinte: “Em linhas gerais, os portugueses são uma entidade colectiva, anónima e multifacetada, cujas

(25) Em relação ao registo de informação ditada pelo professor, conforme *podemos ver no Gráfico 3* (D4)

(26) No que diz respeito à “E.coli”, *podemos ver* os seguintes exemplos: (D3)

(27) Na tabela 5, *podemos observar em* que qualidade é que a direcção do programa pretendeu convidar os participantes (D1)

(28) Não *podemos afirmar* que a presença dos ouvintes é o único factor que acciona esta vigilância, mas *podemos colocar essa hipótese* a partir da observação de que os locutores têm consciência crítica sobre o seu próprio discurso e sabem o quanto ele é importante na construção da sua imagem (D2)

O uso de *poder* com valor epistémico contribui também para a construção da imagem discursiva do locutor, agora numa vertente diversa mas complementar, ao mostrar um *ethos* de investigador humilde, não arrogante, o que está, também, ao serviço da sua credibilização.

O verbo *dever* é bem menos frequente. Carreia um valor deontico, de obrigatoriedade forte, externa ao locutor:

(29) Para percebermos a opção pelo modelo analítico dos esquemas argumentativos *devemos observar* algumas características dos argumentos anuláveis e do discurso... (D5)

Devemos, com valor deontico, participa das estratégias de construção da imagem discursiva do locutor, isto é, ocorre frequentemente em movimentos metadiscursivos, de efeito persuasivo, contribuindo para a construção da imagem do investigador:

(30) Não obstante o supracitado nos mostrar que os dois candidatos deram destaque à componente negativa das campanhas nas suas estratégias argumentativas, *não devemos ter* uma perspectiva reductora – o que sucederia se classificássemos as campanhas meramente como positivas ou negativas. Ao invés, *devemos ter em conta* o que nos é dito por Lau e Rovner (2009: 286) (D5)

A 1^a p/pl vale, nesses casos, como 1^a do singular; é de si que o locutor fala, mas enunciando uma regra genérica que revela os seus cuidados, e conhecimento, como investigador e lhe permite ser assim considerado pelos seus

diferentes facetas o locutor vai convocando de acordo com os seus objectivos argumentativos. Dessas facetas *podemos dizer* que os portugueses são.” (D1)

pares. O complexo predicativo *devemos* + *inf*, em que é da pessoa do investigador que se trata, permite reforçar a sua imagem como autor de ciência:

(31) *Devemos ser cautelosos nas ilações que retiramos* em relação ao apelo à aversão, uma vez que este só foi utilizado uma vez, conforme se pode observar no quadro 5.9.3. Este uso pontual pode ser mais uma casualidade do que uma alteração na estratégia argumentativa. (D5)

Do *poder* ao *dever*, há uma gradação quanto à força de imposição ilocutória. *Dever* é mais forte como valor deontico e a imposição que carrega é exterior ao locutor, impõe-se-lhe de fora, por isso, *poder* e *dever* nem sempre são comutáveis. No caso em apreço, essas restrições advêm das características da construção do conhecimento e do discurso científicos.^[16]

Nas duas vertentes que apresentámos, *poder* e *dever* são estratégias fortes para construir uma proximidade, interpessoal, com o júri-alocutário.

Os outros verbos auxiliares veiculam valores aspetuais e temporais importantes não só para a construção discursiva mas também para a construção do conhecimento. De facto, o valor de organização textual, decorrente do valor aspetual da perífrase (exemplos abaixo), coocorre com o valor de representação do processo de investigação, nomeadamente pelo emprego do presente do indicativo, como veremos mais tarde. O valor metadiscursivo vem integrado, frequentemente, num movimento argumentativo de construção do conhecimento:

(32) Como estamos a abordar um modelo analítico sem tradição na Ciência Política, *começamos por refletir* sobre a sua adequabilidade (D5)

(33) a diafonia implícita é um processo recorrente na interacção que *estamos a analisar*, (D2)

(34) Finalmente, *vamos concentrar-nos* sobre o discurso relatado como estratégia argumentativa, quer em processos de co-construção de opinião, quer em movimentos de contestação. (D2)

(35) Face ao que *acabamos de referir*, depreende-se que o sujeito, quando produz um novo texto, “dialoga” com outros textos anteriores... (D4)

16 Há outros verbos, que não constam da nossa seleção, mas que são importantes para a análise global destes funcionamentos. Veja-se, por exemplo, o valor epistémico no excerto seguinte: “Em linhas gerais, os portugueses são uma entidade colectiva, anónima e multifacetada, cujas diferentes facetas o locutor vai convocando de acordo com os seus objectivos argumentativos. Dessas facetas podemos dizer que os portugueses são:” (D1)

Construir uma imagem “adequada”

O locutor, doseando de forma mais ou menos sábia, quer mecanismos de credibilização do dito, como reforços da asserção, indicações minuciosas dos passos da investigação, procurando iluminar as etapas / argumentos que permitiram chegar a determinadas conclusões, quer, por outro lado, de mitigação ou limitação da sua opinião (ver as inúmeras ocorrências do verbo *poder* como modalizador, ou de *parece* + infinitivo ou mesmo do verbo *dever*), constrói uma imagem de um investigador prudente mas capaz de fazer ciência.

A prudência científica e académica ganha visibilidade através de estratégias e construções linguístico-discursivas variadas.

O locutor recorre, por exemplo, à explicitação do processo que suporta a investigação, e que acentua a centralidade da dimensão metadiscursiva do género, como no exemplo seguinte:

(36) Face ao exposto, *podemos*, assim, *concluir* que, para além das competências específicas de cada disciplina, (D4)

O dialogismo é uma outra estratégia a ter em conta, dado que o locutor busca apoio em vozes de autoridade explicitamente citadas. Ainda que comum a todo o texto, é o capítulo da fundamentação teórica que é especificamente construído no recurso a outras vozes, a que o locutor se assimila, em termos de responsabilidade enunciativa, construindo assim um discurso sempre ancorado em vozes de autoridade:

(37) Supomos que as campanhas eleitorais realizadas por PSD e por PS têm influência nas opções de voto. Para entender esta suposição, *devemos considerar* o princípio geral exposto por Salgado (2007), segundo o qual as campanhas são tanto mais influentes quanto mais renhidas forem as eleições (D5)

(38) *Entendemos vez* (...) como sinónimo de *intervenção*, unidade menor que a troca (...). *Seguimos a proposta de Orecchioni* (1990: 225) para este conceito...” (D1)

(39) *Tal como Hansen e Walton* (2013), *optamos por considerar* a lógica informal, a qual se debruça sobre “question-reply dialogue...” (D5)

Cabe ainda realçar, na construção da credibilidade científica do locutor, o recurso a verbos de evidencialidade que tornam as provas *visíveis*. De facto, sempre que discute e analisa os dados do *corpus* considerado, o locutor

privilegia verbos percetivos como *ver, observar, encontrar, debruçar-se*. Como referimos, estes verbos não são usados como fonte de conhecimento, ou seja, nestes usos não se explora a perceção como fonte de conhecimento, antes são usados como sinónimos de *verificar, constatar* e até mesmo *analisar*. Mas a dimensão percetiva, que não deixa de estar agregada ao seu semantismo, cria um efeito de objetividade, de autenticidade incontestável a que já fizemos referência anteriormente, que tornam mais credíveis as conclusões a que a análise vai conduzindo o locutor-investigador:

(40) Em contrapartida, minutos depois, *encontramos* uma sequência em que é atribuído aos ouvintes um papel inibidor, distanciando-os de um espaço de cumplidade estabelecida no estúdio (D2)

(41) Quando *nos debruçamos*, a partir desse mesmo quadro, sobre as percentagens que diferenciam a primeira e a segunda, bem como a terceira e a quarta categorias, *deparamo-nos* com valores mais reduzidos que o já referido: 5,3% e 2,1%, respetivamente (D5)

(42) Associando os valores obtidos nas respostas muitas vezes e sempre/quase sempre, *vemos* que na disciplina de Língua Portuguesa se regista uma percentagem de frequência de 88,2%, na de Matemática 92,0% e nas Outras disciplinas agrupadas 87,8% (D4)

(43) Ao comparar a frequência relativa destes, nos quadros 6.2.1 e 6.1.1, *observamos* que há uma utilização maior, daquele candidato, desses apelos (D5)

Estrutura da dissertação e categorias verbais

Quando analisamos as ocorrências verbais de acordo com a estrutura da dissertação, verificamos que a parte referente à *análise dos dados* é a secção da dissertação em que existem mais formas verbais na 1ª pessoa do plural. Se, como parece, muitas dessas formas verbais procuram organizar retoricamente o texto e, simultaneamente, o raciocínio que conduz a investigação, compreende-se que seja nesta parte do trabalho que o locutor mais se implique no sentido de conduzir o leitor, tornando-o participante e cúmplice da pesquisa. Se fizermos, no entanto, uma estatística do número de verbos pelo número de páginas, já não existe um predomínio tão claro da secção *análise dos dados*. É claro que este é também o capítulo maior da dissertação, mas é metodologicamente mais interessante fazer a análise dos verbos, dos tempos e modos verbais, mais que do número de ocorrências.

Verbos, modos e tempos verbais predominantes

a) *Presente do indicativo*

São vários, a nosso ver, os valores que o uso do presente do indicativo tem no *corpus* em apreço, ao serviço, nomeadamente, de uma função de coconstrução do processo de investigação, do conhecimento científico e da discursivização desse processo, numa clara função metadiscursiva.

O caráter persuasivo deste género científico permite explicar o domínio dos verbos no presente do indicativo, quer nas perífrases verbais, quer nas ocorrências de núcleo verbal simples.

A frequência do presente cria um efeito discursivo de ciência em construção. Com efeito, o verbo no presente mostra análises em curso, movimentos argumentativos e mesmo conclusões em curso, apresentadas por isso como menos definitivas do que quando são veiculadas no pretérito perfeito que, pelo seu valor aspetual perfectivo, apresenta as conclusões como acabadas, definitivas. Assim, o presente revela menos assertividade do que o pretérito perfeito, cria um efeito de “estaleiro”, acima referido, isto é, de obra em construção. Porque aproxima mais o leitor, em que se destaca o júri das provas, e o envolve, até pelo uso da 1ªp./pl., no fazer da dissertação, o tempo verbal de presente do indicativo é mais persuasivo. A integração do alocutário, e, por consequência, a pressuposição da sua adesão à metodologia e à análise em curso leva à adesão e aceitação dos resultados.

O uso do presente do indicativo contribui para a criação da sugestão de que o raciocínio e o texto que lhe dá forma se desenrolam sob o olhar crítico do leitor / avaliador e com a sua cumplicidade. É como se ambos, locutor e leitor, colaborassem na construção do processo de investigação em simultâneo com a discursivização. Este tempo da discursivização é, por isso, um tempo alargado, a que o valor de futuro imediato do presente do indicativo dá mais pertinência:

(44) De seguida, *analisamos* uma das componentes da comunicação política: o discurso político eleitoral. Este conceito é fundamental na nossa dissertação, como se depreende do título da mesma, pelo que queremos apresentar as suas características. No terceiro tópico *abordamos* o momento específico da vida política em que a presente tese se situa: as campanhas eleitorais.

Depois, *consideramos* a personalização política, a qual se verifica nas vertentes comunicativa, executiva, partidária e eleitoral.

Para finalizar este capítulo, *debruçamo-nos* sobre a influência dos *media* (D5)

Esta estratégia é diversamente usada pelos autores^[17] das dissertações em análise. D4, por exemplo, revela uma clara predileção pelo presente, mesmo em contexto onde o pretérito perfeito seria perfeitamente adequado (na conclusão, por exemplo). Ora essa preferência parece-nos contribuir para um efeito de presentificação dos movimentos e momentos da investigação, acima identificados, um pouco ao jeito do que acontece com o chamado “presente histórico”, uma estratégia de construção discursiva em que o leitor é chamado a participar, como se os acontecimentos representados fossem coincidentes com o tempo da enunciação.

Estaremos, em suma, perante a representação do processo cognitivo em curso, ou seja, assistimos à construção do processo de investigação em simultâneo com a sua discursivização:

(45) *Caraterizamos*, neste estudo, algumas perceções e conceções dos professores do 3º ciclo do ensino básico sobre o papel da escrita na construção das aprendizagens. Uma amostra ainda pouco alargada pressupõe que as suas conclusões sejam complementadas com a de outros estudos que centrem a sua observação em aspetos que, no âmbito deste, não foram abordados ou não foram suficientemente explorados (D4) [p.111]

(46) Ao colocar, de novo, o nosso foco em Passos Coelho e Sócrates, *verificamos* que existem muitas semelhanças nos resultados de ambos. Elas verificam-se, inclusive, em todas as variáveis, como se pode ver no capítulo anterior (D5) [p.114]

(47) *Observamos* ainda que a construção argumentativa não é independente da manifestação de emoção, em repetições, interrupções e outros mecanismos prosódicos (nem sempre identificáveis nas transcrições que *apresentamos*). É o caso da perturbação provocada pela constatação inicial de VJS (*já vi que estou em minoria e, pronto, estamos divididos*) (D2) [p.57]

A função metadiscursiva parece ser de facto uma função central da categoria deíctica verbal. A explicitação da organização discursiva, construída como um guião pormenorizado, revela-se na coocorrência frequente do verbo de locução na 1ª p/pl com localizadores textuais (“*de seguida*”, “*as seguintes informações*”, “*a seguinte classificação*”, “no capítulo *anterior*”). Esta orientação é apresentada em função de uma linha temporal que leva à recuperação do *já dito*, através do uso do pretérito perfeito em referências intratextuais (“*como já dissemos*”, “*tal como o apresentámos*”), assim contribuindo para tecer um texto mais coeso e em que as partes se harmonizam e concorrem para um mesmo fim investigativo, mas também do *a-dizer* em estruturas de presente (e de futuro do indicativo, como veremos):

17 Distinguimos teoricamente *autor* e *locutor*. No entanto, porque neste género discursivo o autor se assimila ao locutor usamos autor em contexto discursivo que é obviamente o do locutor.

(48) *Apresentamos*, de seguida, os sinais seleccionados na nossa transcrição (D2)

O presente do indicativo pode ter ainda um valor genérico, não remetendo então, apenas, para a 1ª p/pl, identificada com o investigador e/ou o leitor, nem para as suas circunstâncias de investigação, mas referindo propriedades atemporais, como as definições e os princípios científicos, por exemplo:

(49) Concordamos com a perspectiva de que este conceito descreve o que *designamos* atualmente, na teoria da argumentação, por proposições plausíveis (Renon 1998) – isto é, proposições aceites pelo auditório *a priori* da exposição dos argumentos (D5)

Mas a sistematicidade dos usos do tempo verbal *presente do indicativo* mostra que o tempo da discursivização se sobrepõe ao do relato da investigação; a temporalidade preferencial não é a do processo de investigação, que está, antes, subordinada ao modo como as ideias são plasmadas em texto.

b) *Pretérito perfeito do indicativo*

Para além da função metadiscursiva, a que acabámos de nos referir e que o exemplo (50) ilustra, o pretérito perfeito do indicativo ocorre em contextos de representação do processo de construção do conhecimento científico, com claro valor argumentativo-persuasivo. O valor aspetual do pretérito perfeito confere à argumentação em curso um carácter definitivo, factivo. Cria um efeito de “relatório” de uma descoberta já feita, de conclusões já tiradas, que trazem para o discurso uma outra faceta da imagem do locutor-investigador, marcada pela segurança e pela autonomia:

(50) A percepção deste fenómeno e a necessidade de o analisar de forma sistemática motivou, conforme *explicámos* no capítulo IV, a introdução de um marcador de transcrição que desse conta deste processo (<) (D2)

(51) Dos casos de estudo feitos sobre o ethos, *verificámos* que os autores se baseiam muitas vezes nas biografias dos oradores, as quais não são igualmente conhecidas pelo auditório (cfr. Haddad, G. 1999, in Amossy dir., 1999) (D1)

(52) A selecção desta edição foi, em parte, aleatória. *Tivemos* apenas o cuidado de seleccionar uma edição cujo quadro comunicativo não se afastasse do modelo dominante (D2)

(53) Também *tivemos* limitações na escolha dos apelos às emoções, uma vez que não *dispusemos* de nenhum estudo empírico no qual nos pudéssemos basear (D5)

c) Futuro do indicativo

As formas verbais no futuro do indicativo têm uma função tipicamente metadiscursiva mas também cognitiva, porque remetem para a organização textual e para a exposição do raciocínio e do percurso investigativo, ou seja, cognitivo:

(54) Os ouvintes poderão condicionar os discursos, nomeadamente no que se refere à gestão da modalização e das opções polifónicas dos locutores como *demonstraremos* adiante (D2)

(55) *Veremos* posteriormente que o discurso político eleitoral tem características que não estão circunscritas a nenhum caso em particular (D5)

O futuro do indicativo tem, ademais, um valor modal de comprometimento do locutor (e, em menor grau, do alocutário) na ação.

d) Futuro do conjuntivo

O futuro do conjuntivo é um tempo verbal menos frequente, mas sobressai o facto de, especificamente, ocorrer ao serviço da construção de um movimento argumentativo, em estruturas do tipo Se FUT CONJ, PRES IND

(56) Se *considerarmos* os contextos disciplinares específicos, *constatamos* que os professores de História... (D4)

(57) Dentro do campo, se *seguirmos* o organograma do Ministério da Saúde (Anexo A), a classificação é simples (D3)

(58) se não *considerarmos* estes dois apelos *vemos* que há uma utilização bastante similar dos restantes, razão pela qual não devemos realçar nenhum pelo critério do uso frequente (D5)

e) Presente do conjuntivo

O presente do conjuntivo configura atos injuntivos em que o locutor convoca o alocutário, por meio do emprego da 1ªp/pl, para uma sua ação futura, que é predominantemente cognitiva e metadiscursiva: parece ter um valor muito semelhante ao do futuro do indicativo, nestes casos, mas convocando o alocutário de forma mais direta do que acontece com o futuro, dado o valor exortativo que o conjuntivo pode ter como valor básico. Esta é uma característica de género já assinalada por diferentes investigadores, de que salientamos a seguinte asserção de Reutner (2012:93), por questionar os

efeitos pragmáticos deste uso, que considerámos fundamentais para a análise da construção discursiva do conhecimento científico:

Dans le discours scientifique, ce nous inclusif figure souvent sous forme d'hortatif, *c'est-à-dire de l'impératif à la première personne du pluriel unissant le lecteur à l'auteur*. Contrairement à l'ancienne maxime d'impersonnalité scientifique, *il met consciemment en évidence la situation de communication entre auteur et lecteur* et confère au texte un trait moins scientifique au sens traditionnel, ce qui suggère la question de savoir si les participants français le préfèrent néanmoins à la première personne.

A questão que Reutner levanta, relativamente à preferência da comunidade científica francesa por tal estratégia, é válida também para a comunidade portuguesa. E, da análise das dissertações de mestrado, é lícito concluir que estamos perante uma questão cuja resposta não é simples.

Em português, ao contrário do que acontece em inglês, não ocorrem atos diretivos única e explicitamente dirigidos ao alocutário. Por exemplo, a remissão para um autor feita como se segue - “see Swales (2004)” - tem, em português, três possibilidades que desinscrevem, em graus diversos, o alocutário: “ver /, veja-se/ vejamos Swales (2004)”. Hyland (2002: 9) inclui os diretivos nas interações “reader-oriented”. Mas chama a atenção para os riscos do recurso a esta estratégia: “Successful academic writing involves both clear exposition and appropriate audience relationships, but the use of directives potentially undermines the harmony of such relationships” (Hyland, 2002: 215) (itálico nosso).

No discurso científico em português, a construção da solidariedade entre pares não passa pelo uso de diretivos explícitos, mas por outras estratégias, nomeadamente de atenuação, que o presente do conjuntivo com valor exortativo, na 1ª p/pl, configura.

A exortação implica, frequentemente, a atividade cognitiva do locutor e do seu destinatário:

(59) Feita esta ressalva, *analise*mos então as eleições de 1987 e de 2005 (D5)

(60) *Recuper*emos, para a leitura desta ocorrência de modalização autonímica, as palavras de Authier-Revuz (D2)

Pelo recurso à 1ª p/pl, o locutor conduz o processo de construção da investigação e convoca o alocutário como testemunha ou até mesmo como

colaborador ativo. Implicando o alocutário, o locutor assume uma relação interpessoal de proximidade, de convivência, mesmo, na construção do conhecimento científico:

(61) *Analisemos* um segmento da edição de 26 de Outubro de 2007 de *Um Certo Olhar* que nos dá conta dos constrangimentos... (D2)

Como já constatámos em diferentes momentos do nosso trabalho, a apresentação preferencial do conhecimento em construção é reforçada pelo carácter polissémico dos verbos em análise. À atividade cognitiva agrega-se uma dimensão percetiva, que permite ao alocutário “ver claramente visto”:

(62) Ainda assim, *olhemos* para a principal diferença que os resultados de Hansen e Walton (2013) nos permitem observar... (D5)

(63) Vejamos, então, a contribuição de alguns autores que têm vindo a estudar o tema (D3)

Finalmente, recuperamos nos usos do presente do conjuntivo a atividade metadiscursiva, omnipresente nos excertos em estudo e que contribui para a sistematicidade deste procedimento que deriva das características do género discursivo e participa na construção global de cada discurso, em particular na construção da relação interpessoal e das imagens do locutor mas também do alocutário:

(64) *Comecemos* pelas ocorrências 1 e 2, (D2)

(65) *Voltemos* aos objetivos. (D5)

Conclusão

Em forma de conclusão do presente trabalho, queremos sistematizar cinco questões:

1. Considerámos que o género *dissertação de mestrado* se caracteriza pela presença explícita do locutor, pelo que nos propusemos analisar algumas dessas manifestações a partir da ocorrência de formas verbais na 1ª p./pl. Ao restringirmos a análise aos 10 verbos mais frequentes, suspendemos a análise de variações semântico-pragmáticas a que não deixamos de dar importância e que num estudo de maior fôlego devem ser tidas em conta.

2. Ativemo-nos às formas verbais na 1ª p/pl, como uma estratégia privilegiada de construir comunidade, uma comunidade científica preferencialmente. A importância deste procedimento linguístico-discursivo só pode ser devidamente apurada na relação com as inúmeras ocorrências de impessoalização presentes no *corpus*, que são outras tantas formas de o locutor se manifestar, simulando uma desinscrição que é afinal impossível.

De facto, não é por não assumir, abertamente, por meio da 1ª p/pl, as afirmações que faz, que o locutor se torna mais credível aos olhos do alocutário.

3. A relação autor / leitor, ou locutor-alocutário, é alvo de tratamento cuidado, dado o interesse do autor em ser aceite pelo leitor na dupla função de estudante e investigador. Assim, além do uso da 1ª p./pl, também a atenuação da *assertividade* por meio de verbos modalizadores, ou o “cuidado metadiscursivo” posto ao serviço da legibilidade mas também da credibilidade científica do discurso contribuem para o fortalecimento da comunidade científica, da qual o autor começa a participar. O predomínio de usos meta-textuais testemunha a importância da argumentação e de uma construção discursiva retoricamente eficaz, neste campo de estudos.

4. A imagem do locutor está imbricada neste processo de construção persuasiva da ciência. Os mecanismos discursivos decorrem de escolhas que servem, portanto, uma estratégia de eficácia, em função dos objetivos, dos interlocutores, do género discursivo considerado. Como refere Hyland (2011: 195), “Writers must recognize and make choices from the rhetorical options available in their fields to appeal to readers from within the boundaries of their disciplines.”. A autoridade do locutor depende diretamente destas questões, porque, se modalizar demasiado, aparecerá aos olhos do leitor como pouco convicto das suas ideias, ou seja, pouco credível. Mas também não pode ser, até por ser iniciante, excessivamente assertivo. O equilíbrio entre a necessidade de se mostrar seguro e de evitar a arrogância pode explicar o uso da atenuação a par do uso de verbos, como *ver*, *verificar*, *analisar*, etc., no presente do indicativo e do conjuntivo que presentificam as descobertas que vão sendo feitas e guiam, integram o alocutário no processo em curso. Destes equilíbrios discursivos ressalta um *ethos* global adequado ao género. Saliente-se ainda o facto de haver especificidades que apenas são explicadas pelo estilo pessoal do investigador, não decorrendo de nenhum constrangimento de género.

5. As construções verbais de 1^a p./pl não são marcas únicas da presença e da subjetividade do locutor (fomos aliás fazendo referência a outras) nem sistemáticas. De dissertação para dissertação há uma oscilação quer de estruturas quer da sua frequência que pode ser explicada por causas diferentes, desde o estilo pessoal, ao tema ou mesmo à tradição de género, agregada à área de investigação, dado termos feito incidir a nossa análise em dissertações de diferentes áreas das ciências humanas e sociais e de diferentes universidades.

Referências

- AMOSSY, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Paris: Nathan Université.
- BAKHTINE, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. (Préface de Tzvetan Todorov). Paris. Gallimard.
- BOCH, F. & Rinck, F. (2010). Pour une approche énonciative de l'écrit scientifique. *Lidil*, 41. Disponível em <http://lidil.revues.org/3004>. Data de consulta: 31/08/2013.
- BORKIN, A. (1973). To be and not to be. In C. W. Corum, et al. (Eds.), *Papers from the ninth regional meeting* (pp. 44-56). Chicago: Chicago Linguistic Society.
- BRIZ, A. (2013). A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. *Linha d'Água*, 26 (2), 281-314.
- CASTELLÓ, M., Corcelles, M., Iñesta, A., Bañales G. & Vega, N. (2011). La voz del autor en la escritura académica: Una propuesta para su análisis. *Revista Signos*, 44 (76), 105-117.
- CHAROLLES, M. (1976). Exercices sur les Verbes de Communication. *Pratiques*, 9, 83-107.
- DUARTE, I. M. (2003). *O relato do discurso na ficção narrativa. Contributos Para a Análise da Construção Polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DUARTE, I. M. & Pinto, M. A. (2015). La construction de l'ethos scientifique: stratégies d'effacement et d'inscription de soi dans des dissertations académiques, *REDIS. Revista de Estudos do Discurso*, 4, 95-115.
- DUCROT, O. (1972). *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- FLØTTUM, K. (2004). La présence de l'auteur dans les articles scientifiques: étude des pronoms *je*, *nous* et *on*. In A. Auchlin et al. (Eds.), *Structures et discours. Mélanges offerts à Eddy Roulet* (pp. 404-414). Québec: Nota bene.

- FONSECA, J. (1994). *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- GROSSMANN, F. (2010). The scientific author. From rhetoric to epistemology. Introduction. *Revue d'anthropologie des connaissances*, 4 (3), a-o.
- HYLAND, K. (1996). Talking to the academy: Forms of hedging in science research articles. *Written Communication*, 13 (2), 251-281.
- HYLAND, K. (2002). Directives: argument and engagement in academic writing. *Applied Linguistics*, 23 (2), 215-239.
- HYLAND, K. (2005). Stance and engagement: A model of interaction in academic discourse. *Discourse Studies*, 7 (2), 173-192.
- HYLAND, K. (2008). Persuasion, Interaction and the Construction of Knowledge: Representing Self and others in Research Writing. *International Journal of English Studies*, 8 (2), 1-23.
- HYLAND, K. (2011). Disciplines and discourses: Social interactions in the construction of knowledge. In D. Starke-Meyerring *et al.* (Eds.), *Writing in the knowledge society* (pp. 193-214). West Lafayette: Parlor Press and The WAC Clearinghouse.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). *L'énonciation – de la subjectivité dans le langage*. Paris: A. Colin.
- LEECH, G. (1996) [1983]. *Principles of Pragmatics*. London / New-York: Longman.
- LEFEBVRE, M. (2006). Les écrits scientifiques en action: pluralité des écritures et enjeux mobilisés. *Sciences de la Société*, 67, 3-15.
- MARQUES, M. A. & Ramos, R. (2015). Marcas dêiticas da presença do locutor no discurso científico. Dissertações de mestrado apresentadas na Universidade do Minho. *REDIS. Revista de Estudos do Discurso*, 4, 144-167.
- MARTINS-BALTAR, M. (1976). Les verbes transcritpteurs du discours rapporté. In H. Gauvenet (Org.), *Pédagogie du discours rapporté* (pp. 63-72). Paris: Crédif.
- MILIČKOVÁ, L. (1986). Les verbes à modalité locutive dans le discours rapporté. *Sborník prací filozofické fakulty brněnské univerzity. Études romanes de Brno*, 17, 73-82.
- MORTARA GARAVELLI, B. (1985). *La Parola D'Altri. Prospettive di Analisi del Discorso*. Palermo: Sellerio Editore.
- RADFORD, A. (1988). *Transformational Grammar. A first course*. Cambridge: Cambridge University Press.
- REUTNER, U. (2010). *De nobis ipsis silemus ?* Les marques de personne dans l'article scientifique. *Lidil*, 41, 71-112. Disponível em <http://lidil.revues.org/3013>.

- RINCK, F. (2010). Les “nouveaux entrants” dans le champ scientifique: analyse des spécificités des articles de doctorants. In J.-M Defays & A. Englebert (Eds.), *Les discours universitaires* (pp. 99-110). Paris: L’Harmattan.
- RINCK, F., Boch, F. & Grossmann, F. (2006). Quelques lieux de variation du positionnement énonciatif dans l’article de recherche. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 8, 451-464. Disponível em <http://revistas.usp.br/flp/article/view/59766/62875>. Data de consulta: nov. 2014.
- ROULET, E. (1978). Essai de classement syntaxique et sémantique des verbes potentiellement performatifs en français. *Cahier de linguistique*, 8, 437-455. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/800074ar>. Data de consulta: fev. 2016.
- SOUSA, O. (2015). *Textos e contextos. Leitura, escrita e cultura letrada*. Lisboa: Media XXI.
- SWALES, J. (1990). *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SWALES, J. (2004). *Research Genres*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TUTIN, A. (2010). Dans cet article, nous souhaitons montrer que... Lexique verbal et positionnement de l’auteur dans les articles en sciences humaines. *Lidil*, 41, 15-40. Disponível em <http://lidil.revues.org/3040>. Data de consulta: 01.09.2013.
- VALENTIM, H. (2004). *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do Português*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

ISBN 978-989-755-240-3



9 789897 552403